



## Comissão de Legislação, Justiça e Redação



### PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 38/2001

O **Projeto de Lei n.º 38/2001**, de autoria do Prefeito Municipal, que *Institui o sistema de credenciamento para profissionais da área de saúde, para atendimento da população do Município de Indianópolis*, foi aprovado na discussão regimental, com emendas.

Assim, somos de parecer que se lhe dê, como final, a redação em anexo, para que, sob esta forma, seja o projeto enviado à sanção.

Sala das Reuniões, 18 de fevereiro de 2002.

*Clodoaldo José Borges*  
Clodoaldo José Borges  
Presidente

*Jackson José Alves da Silva*  
Jackson José Alves da Silva  
Membro

*SM Resende*  
Sebastião Miranda de Resende  
Membro

Aprovado em 18 / 2 / 02  
*por unanimidade*  
\_\_\_\_\_  
Presidente da Câmara



## Comissão de Legislação, Justiça e Redação



PROJETO DE LEI Nº 38/2001.

*Institui o sistema de credenciamento para profissionais da área de saúde, para atendimento da população do Município de Indianópolis.*

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o sistema de credenciamento de profissionais e empresas da área da saúde, para atendimento da população deste Município.

Art. 2º. O credenciamento de que trata esta Lei abrange as seguintes especialidades:

- I - medicina;
- II - oftalmologia;
- III - odontologia;
- IV - psicologia;
- V - enfermagem;
- VI - fisioterapia;
- VII - medicina veterinária;
- VIII - análises laboratoriais.

Art. 3º. A Prefeitura publicará edital para credenciamento, contendo informações quanto à documentação, critérios para julgamento, número de vagas de cada especialidade e remuneração.

Art. 4º. O profissional de saúde com carga-horária de vinte horas semanais poderá optar por dupla jornada, desde que devidamente autorizado pelo Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º. A remuneração mensal dos profissionais na área de saúde, incluindo os serviços diários e plantões, não poderá exceder o subsídio mensal percebido pelo Prefeito Municipal.

Art. 6º. Será automaticamente descredenciado o prestador de serviços que descumprir qualquer das cláusulas contratuais, sem prejuízo da aplicação da penalidade cabível, bem como da obrigação de ressarcir a administração pelos danos eventualmente causados.

Art. 7º. É vedado o pagamento de sobretaxa e transferências das obrigações contratuais sem a expressa anuência do Fundo Municipal de Saúde.



## Comissão de Legislação, Justiça e Redação



Art. 8º. O profissional ou a empresa credenciada poderá prestar seus serviços em unidades de saúde da Prefeitura, ou em suas próprias dependências, localizadas dentro ou fora do Município de Indianópolis.

Parágrafo único. O edital conterá critérios específicos quanto à possibilidade da prestação do serviço em estabelecimento particular.

Art. 9º. É vedado ao Município a contratação de profissionais na área de saúde fora do sistema de credenciamento.

Parágrafo único. Os contratos temporários de profissionais da área da saúde, em vigência, ficam prorrogados até a conclusão do primeiro credenciamento de que trata esta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 18 de fevereiro de 2002.

JOSÉ MAURO STABILE  
Prefeito Municipal